

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A “ INVESTIGAR O TRÁFICO DE ANIMAIS E PLANTAS SILVESTRES BRASILEIROS, A EXPLORAÇÃO E COMÉRCIO ILEGAL DE MADEIRA E BIOPIRATARIA NO PAÍS.”

REQUERIMENTO

(Do Sr. Sarney Filho)

Requer a convocação das pessoas que especifica.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 36, inciso II, do Regimento Interno, sejam convocados os Senhores:

- Elielson Soares de Farias, Gerente do Ibama em Altamira;
- Paulo Maier, Gerente do Ibama em Santarém;
- Bruno Lourenço Kempner, executor do INCRA em Altamira;
- Leivino Ribeiro de Souza, Presidente da Associação Madeireira dos Municípios de Anapu e Pacajá - AMMAPA;
- Juraci Dias da Costa, diretor da FETAGRI;
- Leonidas dos Santos Martins, coordenador da Comissão Pastoral da Terra;
- Roberval de Sousa, Presidente do Sindicato das Indústrias Madeiras do Baixo Xingu- SIMBAX;



901C0B5829

- Rentao Mengoni Júnior, Presidente da Associação das Indústrias Madeiras da Transamazônica – AIMAT;

- Francisco de Assis de Souza, o Chiquinho do PT;

- Helcio Lorenzoni, proprietário das madeiras Santa Clara e São José;

- Gracilene Lima, sócia da empresa H.B. Lima Topografia e Engenharia Florestal, com sede no Estado do Pará;

- o proprietário ou sócio majoritário da empresa Di Trento Madeiras, com sede no Estado do Pará;

- Raimundo Adalberto Queiroz, técnico ambiental do Ibama de Altamira;

- Francisco de Assis Germano, Técnico ambiental do Ibama de Altamira;

- Paulo Medeiros, ex-candidato a prefeito de Uruará;

- Lenir Trevisan ex-candidato a prefeito de Medicilândia;

- Maria Joana da Rocha Pessoa, assessora da Senadora Ana Júlia Carepa

- Leonardo Sobral e Marcos Lentini, engenheiros florestais da ONG IMAZON;

- Gabriel Domingos da Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais na Região de Anapu e Pacajá;

- Aroldo Batista Mota, Presidente da Associação Agro-industrial Pastoril de Anapu – ACAIPA;

JUSTIFICAÇÃO



901C0B5829

Sr. Presidente, todas as pessoas convocadas foram citadas em documentos encaminhados à CPIBIOPI, que trazem denúncias a respeito do Plano Safra Legal 2004, ou trabalham em escritórios do Ibama na região onde ocorreram as irregularidades apontadas em relação a esse plano. É fundamental, portanto, a oitiva dessas pessoas, pois esclarecer as irregularidades do Plano Safra Legal se tornou uma das mais importantes linhas de trabalho dessa Comissão.

Sala das Comissões, em de de 2005 .

Deputado Sarney Filho
PT/MA



901C0B5829